

A CRISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS E A SOLUÇÃO ARRASADORA

O Rio Grande do Sul vem enfrentando, de longa data, a deterioração galopante das finanças públicas. Embora os principais partidos políticos já tenham governado o Estado, até hoje, nenhuma gestão conseguiu implantar o necessário equilíbrio financeiro. Isso não foi alcançado nem mesmo no recente período de crescimento econômico, verificado basicamente a partir do desempenho do nosso setor primário, decorrente de avanços expressivos dos ganhos de produtividade obtidos através de muita pesquisa, ciência e tecnologia. Quais seriam as razões para que nossos sucessivos governantes não tenham obtido êxito no equacionamento equilibrado do dinheiro público? Seria mera incapacidade ou interferência de fatores ideológicos? Afinal, o que acontece? Há bastante tempo, o SENGE-RS entende e propõe que o reequilíbrio financeiro só será possível através de um conjunto de medidas que superem as “soluções” utilizadas até então, todas esgotadas sem ter produzido qualquer resultado prático, a não ser o aumento da dívida e aprofundamento da crise.

A atual solução proposta e defendida pelo governo Sartori como “a única” (sem plano B), e que caso não venha a ser adotada significaria, na visão do Piratini, “o caos completo”, é uma “solução” literalmente arrasadora, pois liquida com nossas empresas estratégicas nos setores de energia, saneamento e financeiro, e ratifica uma dívida com o governo federal sem questioná-la e sem fazer um encontro de contas verdadeiro com as desonerações e perdas decorrentes da Lei Kandir. Aliás, a solução de Sartori representa a continuidade da política adotada pelo governo Brito em 1998, ao vincular a renegociação da dívida com privatizações, dívida esta que, segundo o TCE, já estaria paga desde maio de 2013 se negociada em bases justas.

Da mesma forma, o SENGE defende um combate efetivo à sonegação fiscal e às isenções que beneficiam empresas que não geram contrapartidas para o Estado e à sociedade na forma da geração de empregos e distribuição de renda. Ao aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, o RS ficaria 36 meses sem pagar as parcelas da dívida com a União, podendo ter o prazo prorrogado por mais 36 meses, solução aparentemente saudável. Porém, os valores não serão perdoados. Eles terão de ser quitados, e a soma pendente será maior por causa dos juros e correção. A parcela mensal, hoje de R\$ 280 milhões, poderá subir para algo em torno de R\$ 450 milhões, o que seria catastrófico. Além disso, a dívida crescerá em R\$16 bilhões em três anos ou em R\$ 32 bilhões caso o prazo seja prorrogado por mais um triênio, conforme dados do movimento Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

Por outro lado, ao invés de fortalecer nossas empresas públicas e transformá-las em diferencial para atração de investimentos, o governo propõe abrir mão delas, privatizá-las e perder instrumentos que deveriam estar apoiando planejamentos de médio e longo prazos para o desenvolvimento de regiões deprimidas e que precisam apoio estratégico para mudar o rumo e vislumbrar um horizonte melhor. As privatizações exigidas pelo governo Temer como contrapartida à adesão ao RRF, atendem única e exclusivamente os interesses de setores financeiros internacionais ávidos por lucros cada vez maiores e pela desnacionalização das nossas indústrias, da nossa tecnologia e da nossa engenharia. Isso irá gerar importante quebra na cadeia produtiva, onde a importação de equipamentos e materiais irá ampliar e favorecer ainda mais os interesses de países como a China em adquirir empresas e intensificar a exportação de seus produtos.

É preciso coragem para superarmos a crise das finanças públicas do RS. Coragem e ousadia para exigir o encontro de contas com o governo federal. É preciso resgatarmos a nossa capacidade de planejamento de médio e longo prazo. Precisamos de medidas de racionalização da estrutura pública para otimizar despesas. É preciso manter nossas empresas estratégicas e utilizá-las para alavancar o desenvolvimento no interesse do RS. É preciso gestão, assim como é preciso uma profunda revisão na política de concessão de incentivos fiscais, condicionando-os de fato às metas de geração de renda e de empregos formais no Estado.

Não existe desenvolvimento sem ciência e tecnologia, sem capacidade de planejamento de médio e longo prazos, sem investimentos em infraestrutura, sem apresentar vantagens comparativas em relação a outros Estados, sem engenharia. Se vendermos tudo, após as privatizações e o não equacionamento da dívida, o que iremos vender? O território?